COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 3.408, DE 2025

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para obrigar o Sistema Único de Saúde a disponibilizar testes automatizados de rastreamento ocular para detecção do transtorno do espectro autista

Autor: Deputado LEO PRATES

Relatora: Deputada SILVIA CRISTINA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.408, de 2025, de autoria do Deputado Leo Prates, objetiva alterar a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para obrigar o Sistema Único de Saúde a disponibilizar testes automatizados de rastreamento ocular para detecção do transtorno do espectro autista.

Na justificação de sua proposição legislativa, o autor argumenta a respeito da dificuldade que muitas famílias brasileiras enfrentam para obter um diagnóstico de TEA, com longas filas e falta de especialistas no SUS.

Esse atraso impede o acesso a intervenções essenciais nos primeiros anos de vida da criança. Considerando esse cenário crítico, o texto sinaliza que a proposição se baseia em exames inovadores de rastreamento ocular, como a **Avaliação EarliPoint®**, que já são usados em outros países e conseguem detectar sinais de autismo com alta precisão e rapidez.

Acrescenta, ainda, que a incorporação desses testes no SUS traria os seguintes benefícios: identificação precoce de crianças em risco de TEA, permitindo o inferior imediato de intervenções; redução da angústia das famílias, que hoje enfrentam



custos elevados com profissionais particulares e dificuldades na rede pública; e otimização do processo de diagnóstico, tornando-o mais rápido e eficiente. Por fim, o autor reforça que sua proposta busca usar a tecnologia para transformar o diagnóstico de TEA no Brasil, garantindo um desenvolvimento infantil mais saudável e igualitário.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Saúde; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

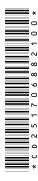
II - VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), nos termos do inciso XXIII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, manifestar-se sobre o mérito do Projeto de Lei nº 3.408, de 2025, especialmente no que concerne aos direitos das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, concluímos que a proposição em análise revela-se inteiramente meritória, por tratar-se de medida voltada ao aprimoramento do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O projeto dispõe sobre a obrigatoriedade, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), da utilização de testes automatizados de rastreamento ocular para detecção do TEA. Na justificativa, o autor menciona que, desde o ano de 2023, tais exames vêm sendo empregados nos Estados Unidos, a exemplo da *Avaliação EarliPoint*®, apresentando elevados índices de êxito, razão pela qual sua incorporação ao SUS representaria relevante avanço tecnológico, entendimento com o qual concordamos.

Contudo, cumpre observar que, em nosso ordenamento jurídico, a incorporação rovas tecnologias em saúde no âmbito do SUS deve obedecer ao procedimento



estabelecido nos arts. 19-Q e 19-R da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dessa forma, não se recomenda a inclusão de exames ou tratamentos por meio de lei ordinária, sob pena de afronta ao devido processo de avaliação técnica e regulatória.

Ressalte-se, que o exame em questão não dispõe, até a presente data, de registro ou aprovação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), requisito indispensável para sua utilização nos serviços de saúde.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista é eminentemente clínico, baseado na observação de padrões persistentes de dificuldades na comunicação e interação social, associados a comportamentos, interesses e atividades restritos e repetitivos. Tais sinais manifestamse, em geral, nos primeiros anos de vida e variam em intensidade, configurando o espectro do transtorno. A OMS ressalta, ainda, que inexiste exame laboratorial ou de imagem capaz de confirmar o TEA, devendo o diagnóstico ser realizado por equipe multiprofissional capacitada, mediante critérios padronizados, como os constantes da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que inclui o TEA no rol dos transtornos do neurodesenvolvimento.

Registre-se, por fim, que, segundo dados do Ministério da Saúde¹, estima-se que 1,2% da população brasileira viva com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Atualmente, existem cerca de 30 instrumentos de triagem catalogados, sendo o mais difundido o **M-CHAT (Modified Checklist for Autism in Toddlers)**, recomendado pela Sociedade Brasileira de Pediatria desde 2017. Trata-se de instrumento de rastreamento para identificação de sinais de risco de TEA em crianças entre 16 e 30 meses de idade, já inserido na *Caderneta da Criança* desde 2022 e recentemente incorporado à nova linha de cuidados implementada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o transtorno do espectro autista.

Diante do exposto, mostra-se necessário apresentar substitutivo com vistas a adequar o texto do projeto às normas vigentes em nosso ordenamento jurídico, assegurando, em lei, que a população tenha garantido o acesso a instrumentos de rastreamento capazes de possibilitar o diagnóstico precoce do TEA.



https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/sao-paulo/2025/setembro/ministerio-da-saude-ova-linha-de-cuidados-para-tea-e-anuncia-investimento-anual-de-r-5-5-milhoes-para-sao-paulo

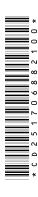


Sendo assim, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.408, de 2025, na forma do substitutivo anexo.

SILVIA CRISTINA DEPUTADA FEDERAL PP/RO







SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3408/2025

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para garantir a realização de exame de triagem para o transtorno do espectro autista.

O Congresso Nacional decreta:

"Δrt 30

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para garantir que o Sistema Único de Saúde disponibilize testes para detecção do transtorno do espectro autista.

Art. 2°O art. 3° da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

<i>,</i> (i	t.O								
§	3°	Para	fins	de	auxiliar	0	diagnóstico	precoce,	de

§ 3º Para fins de auxiliar o diagnóstico precoce, de que trata o inc. III deste artigo, o Sistema Único de Saúde deve garantir teste para detecção do transtorno do espectro autista, na forma do regulamento dos órgãos competentes. " (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação oficial.

SILVIA CRISTINA DEPUTADA FEDERAL PP/RO



